

Experiências vivenciadas por profissionais de saúde na atenção básica no atendimento da população transexual

NATHALIA ARAUJO FERNANDES¹; PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO BANDEIRA²;
VALERIA CRISTINA CHRISTELLO COIMBRA³

¹Acadêmica da FEn - Universidade Federal de Pelotas – nathalia97araujo@gmail.com

²Acadêmica da FEn - Universidade Federal de Pelotas – patriciabandeira_@hotmail.com

³Profa Dra. FEn – Universidade Federal de Pelotas – orientadora – valeriacoimbra@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A equipe multidisciplinar de saúde possui componentes para realização do acolhimento, atendimento e abordagem da população. Cada parte da equipe desenvolve um importante papel na resolução de problemas e melhora da qualidade de vida dos usuários. Desta forma, deve prestar atendimento com equidade, solucionar os problemas de saúde de sua população estabelecida, sendo o vínculo a principal ferramenta para realizar intervenções e prestar um cuidado continuado (BRASIL, 2012).

As necessidades de saúde da população transexual encontram-se ainda atreladas a políticas públicas e programas de saúde relacionadas as infecções sexualmente transmissíveis, e por esta razão esse público experimenta um fardo pesado e estigmatizante que ocasiona exclusão dos serviços de saúde, destacando-se a atenção primária, considerada a porta de entrada para o acesso aos cuidados (WOLF et al., 2016).

Os transexuais possuem poucos programas e serviços especificamente adaptados às suas necessidades. São uma população estigmatizada e discriminada que demanda de atenção especial, pois o próprio estigma se coloca como um fator de vulnerabilidade em saúde, na medida em que pode comprometer o acesso ao serviço e a qualidade da atenção prestada (SANTOS et al., 2014; WOLF et al., 2016).

Devido ao medo da discriminação ou por já ter sido discriminado, os indivíduos transexuais evitam procurar atendimento em unidades de saúde ou continuar o tratamento. Procurando a unidade quando a automedicação não resolve o problema, trazendo grandes riscos à saúde (LYONS et al., 2016).

Neste contexto o objetivo deste trabalho é descrever as experiências vivenciadas por profissionais de saúde na atenção básica e no atendimento da população transexual

2. METODOLOGIA

Este é um recorte do trabalho de conclusão de curso intitulado “Conhecendo a percepção dos profissionais de saúde sobre as necessidades de saúde da população transexual”. O estudo é de caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais de saúde de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A coleta ocorreu entre abril e maio de 2018.

Atendeu os preceitos éticos e legais, sendo aprovado pelo comitê sob o parecer 2.651.854.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns entrevistados declararam ter atendido uma pessoa transexual pelo menos uma vez durante sua trajetória profissional na AB. No início da conversa a transexualidade foi confundida como sinônimo de homossexualidade, evidenciando o distanciamento dos profissionais de saúde em relação ao tema e necessitando em muitos momentos ser retomado pela pesquisadora a questão inicial sobre transexualidade.

[...] sim, realizei. [...] Não tive problemas, só no início que levei um choque pela mudança, já que eu conhecia ele desde criança. Aí passo anos sem ver e aí eu vou na sala de recepção pra chamar pra atendimento, claro né, esperando aquele mesmo menino já crescido, e levanta ele bem diferente, eu acho que foi mais o choque mesmo. Depois tudo foi tranquilo. (P4)

[...] Sim, à 10 anos atrás, até foi aqui nessa unidade mesmo [...] Eu senti decepcionada comigo, pois quando fui na sala chamar o paciente de nome masculino, levantou uma paciente aparentemente feminina e eu não consegui esconder a surpresa, o choque né, por esperar uma coisa e vir outra, aí eu penso que poderia ter reagido diferente, não sei. (P5)

Foi questionado quais foram as facilidades e as dificuldades no atendimento à pessoa transexual, obtendo as seguintes respostas:

[...] Eu acho que é a mente da gente aberta, [...] a ouvir, a entender, então, nós temos uma boa demanda de casais homossexuais, que procuram a gente, se sentem acolhidos, [...] então, assim, dificuldade nós não temos nenhuma, né. (P1)

[...] eu acho que seria o fato de eu não ter preconceito nenhum com isso, acho que isso já facilita bastante. [...] Na dificuldade eu acredito que é mais a questão de conseguir identificar a identidade de gênero e até que ponto tu pergunta, assim, como a pessoa se identifica sem ofender. (P2)

[...] Acredito que a única dificuldade foi chamar o paciente pelo nome. [...] Acho que depois de resolver a questão de como chama-lo, tudo ocorreu tranquilamente e eu não tenho problema ou preconceito com isso. (P5)

Nas entrevistas os profissionais – não apresentavam preconceitos com a população LGBTT, o que facilita o acolhimento e gera menos desconforto para profissional e usuário.

[...] provavelmente por demanda espontânea ou das ACS, elas identificando alguma necessidade específica, algum tipo de atenção, e repassando essa necessidade pra mim. (P2)

O agente comunitário de saúde tem um papel muito importante no acolhimento, pois é membro da equipe que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com a equipe (BRASIL, 2012).

O atendimento prestado também esbarra na discriminação sofrida pela população trans nos serviços de saúde e pode ser considerada como fator de risco, pois devido ao medo ou por já ter sido discriminado, os indivíduos

transexuais evitam procurar atendimento ou continuar o tratamento, procurando a unidade quando a automedicação não resolve o problema, trazendo grandes riscos à saúde (LYONS et al., 2016).

[...] Retornou uma vez, mas não terminou o tratamento. (P5)

[...] Não retornou. Pode ser pelos olhares de discriminação do pessoal na sala de espera no momento da chamada. Foi a 1 ano e meio atrás. (P4)

Muitos indivíduos deixam de procurar o serviço de saúde com receio de preconceito e, muitas vezes, pré-julgamentos estabelecidos pela sociedade, incidindo como determinante social a saúde no processo de sofrimento e adoecimento decorrente ao preconceito e estigma social.

4. CONCLUSÕES

É preciso garantir a igualdade no acesso a saúde em uma perspectiva integral, livre de preconceitos, com qualidade e onde a orientação sexual e a identidade de gênero não sejam determinantes negativos a essas garantias. Por isso, é necessário incluí-los em nossos planos de assistência e ação, desenvolver novas capacidades de compreensão, intervenções a elaboração de cuidados específicos para a individualidade do cuidado ao usuário da população LGBT na atenção primária.

Os profissionais da atenção básica precisam buscar novas capacitações para acolher e cuidar melhor da população LGBT, o sistema público de saúde também precisa oferecer educação continuada, para que esses profissionais possam atender de forma mais qualitativa. Além de ser imprescindível aos profissionais apoiarem as políticas públicas voltadas para o usuário LGBT e também desenvolver ações estratégicas para atrair esse usuário para a unidade básica de saúde. Todas essas ações são essências para garantir o acesso da população LGBT aos serviços de saúde.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.b 110p. Disponível em:
<<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2017.

LYONS, T.; KRÜSI, A.; PIERRE, L.; SMITH, A.; SMALL, W.; SHANNON, K. Experiences of Trans Women and Two-Spirit Persons Accessing Women-Specific Health and Housing Services in a Downtown Neighborhood of Vancouver, Canada. **LGBT Health**, vol.3, n.5, p.373-378, 2016.

SANTOS, A.B.; SHIMIZU, H.E; MERCHAN-HAMANN, E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, nov. 2014.

WOLF, R.C.; ADAMS, D.; DAYTON, R.; VERSTER, A.; WONG, J.; ROMERO, M.; MAZIN, R.; SETTLE, E.; SLADDEN, T.; KEATLEY, J. Putting the t in tools: a roadmap for implementation of new global and regional transgender guidance. **Journal of the International AIDS Society**, v.19, n.3, 2016.